

Confiança e medo na cidade

É sobretudo na Europa e nos seus epígonos, ramificações e sedimentos que, nos últimos anos, a disposição para o medo e a obsessão da segurança têm vindo a ganhar terreno a passos de gigante.

Este fenómeno parece ser um mistério. Bem vistas as coisas, como assinala Robert Castel na sua incisiva análise do mal-estar que a insegurança do mundo actual nos ocasiona, a verdade é que «vivemos, sem dúvida — pelo menos nos países desenvolvidos —, nalgumas das sociedades mais seguras [*sûres*] que jamais existiram»¹. Apesar disso, apesar de todas as provas concretas, somos precisamente nós, criados com delicadeza e panos de veludo, que nos sentimos muito mais ameaçados, inseguros e assustados, e somos muito mais timoratos e apegados a tudo o que te-

¹ Robert Castel, *L'insécurité sociale: Qu'est-ce qu'être protégé?*, Paris, Éditions du Seuil, 2003, pág. 5.

nha a ver com a segurança do que os habitantes da maior parte das sociedades conhecidas.

Sigmund Freud já abordara explicitamente este enigma, sugerindo que a sua chave deveria ser procurada na insistência com que a alma humana se empenha em desafiar a simples lógica dos factos. O nosso sofrimento — bem como o medo de sofrer, ou a dor irritante e insuportável que resulta desse mesmo medo — tem por origem «a supremacia da Natureza, a caducidade do nosso próprio corpo e a insuficiência dos nossos métodos de regulação das relações humanas no interior da família, do Estado e da sociedade»².

Quanto às duas primeiras causas mencionadas por Freud, conseguimos, de uma maneira ou de outra, submeter-nos aos limites das nossas faculdades: sabemos muito bem que nunca chegaremos a dominar por completo a natureza e que o nosso organismo também nunca será imortal ou igualmente imune ao impiedoso curso do tempo. Assim, não temos, pois, outro remédio que não seja contentarmo-nos com o que existe. Trata-se de uma constatação que não tem por que nos desanimar ou quebrar a vontade de viver, mas deve antes servir-nos de estímulo e infundir-nos energia. Embora não possamos extirpar por completo a dor, podemos, nalguns casos, eliminá-la em parte e, noutros, aliviá-la. A questão está em sabermos persistir nisso, uma e outra vez, sem desfalecermos.

² Sigmund Freud, *Civilization and Its Discontents*, Penguin Freud Library, Londres, Penguin Books, 2002, pp. 274 ss.

Todavia, o terceiro tipo de sofrimento, o sofrimento de origem social, é muito diferente. Tudo o que criámos poderá voltar a ser criado. Não estamos dispostos a aceitar qualquer limite no que se refere às nossas próprias obras; ou, pelo menos, qualquer limite que não pudéssemos ultrapassar por meio do devido esforço e da boa vontade: «não podemos compreender por que motivo as instituições que nós próprios criámos não representarão antes protecção e bem-estar para todos». Se a protecção disponível e os benefícios a que acedemos não atingem o grau ideal, se a vida de relação não nos satisfaz, se as instituições não são como deveriam ser (ou como cremos que poderiam ser), é provável que comecemos a suspeitar da existência de intrigas e conspirações hostis, de todo o tipo de conjuras urdidas por inimigos ocultos. Em última instância, acabaremos por ver por toda a parte más intenções, culpados, crimes e desígnios criminosos.

Castel chega a uma conclusão semelhante ao adiantar que a insegurança actual não decorre da escassez dos meios de que dispomos para nos protegermos, mas da «imprecisão do seu raio de acção [*ombre portée*]» numa sociedade que «se organizou em torno de uma procura infinita de protecção e da insaciável aspiração à segurança»³. A experiência da insegurança, dolorosa e incurável, é um efeito secundário da convicção que nos leva a crer que, para se obter a máxima segurança, são simplesmente ne-

³ Robert Castel, *op. cit.*, pág. 6.

cessários o talento e o esforço adequados, e que se a tentativa acaba por resultar em fracasso, este não poderá deixar de ser imputado à premeditação ou à maldade. Trata-se de uma história em que tem de haver sempre um «mau».

Podemos fazer notar que o tipo da actual insegurança se distingue claramente pelo medo do crime e dos malfeitores. Predomina nele a desconfiança perante os outros e as suas intenções, ao mesmo tempo que uma atitude que nega ou considera impossível contar com a constância e a fiabilidade da companhia dos seres humanos. Castel atribui esta situação ao individualismo contemporâneo; sugere que a sociedade de hoje, ao suprimir as comunidades e corporações estreitamente unidas que outrora delimitavam as normas e velavam pelo seu cumprimento, e ao substituí-las pelo dever imposto a cada um de se ocupar de si próprio e dos seus próprios assuntos, passou a assentar no terreno movediço da incerteza: numa sociedade deste tipo, é inevitável que a insegurança e o medo de perigos imprecisos acabem por se tornar males endémicos.

Tal como no que se refere às restantes transformações modernas, a Europa desempenhou nesta área um papel precursor. Foi também a Europa que primeiro teve de enfrentar as consequências imprevisíveis e, regra geral, nocivas que toda a evolução traz consigo. Este inquietante sentimento de insegurança não teria surgido na ausência de duas novidades que se produziram no continente e que, em seguida, segundo diferentes ritmos, se estenderam a outras regiões do planeta. A

primeira, segundo a terminologia de Castel, foi a «so-brevalorização [*survalorisation*]»⁴ do indivíduo, desembaraçado dos entraves que uma rede muito densa de vínculos sociais lhe impunha. Pouco depois, aparecia a segunda novidade: despojado da protecção que com a maior naturalidade lhe oferecia a referida rede de vínculos sociais, o indivíduo tornava-se frágil e vulnerável, como nunca antes fora.

A primeira novidade abriu a grande número de pessoas todo um mundo, estimulante e sedutor, em que se tratava de pôr em prática a emancipação e a auto-superação. Mas a segunda novidade vetou o acesso a um número muito maior. As duas por junto acabaram por se transformar no sal da culpa que exasperava, uma e outra vez, a ferida incurável da impotência. E o resultado foi o aparecimento de uma nova doença: o medo de ficar para trás.

O Estado moderno teve de assumir desde o início a tarefa esmagadora de lutar contra o medo. Teve de remendar a rede de actividades assistenciais que as revoluções contemporâneas romperam e de continuar a repará-la à medida que a modernização permanente que esse mesmo Estado promovia operava sobre ela uma erosão e uma tensão intermináveis. O desenvolvimento do Estado moderno conduziu inexoravelmente à instauração de um Estado social cujo núcleo era a protecção em sentido estrito (quer dizer, a prevenção colectiva destinada a evitar os danos particulares) e não a redistribuição da riqueza, ao contrário do que ad-

⁴ *Idem*, pág. 22.